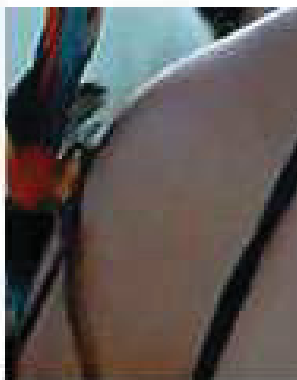
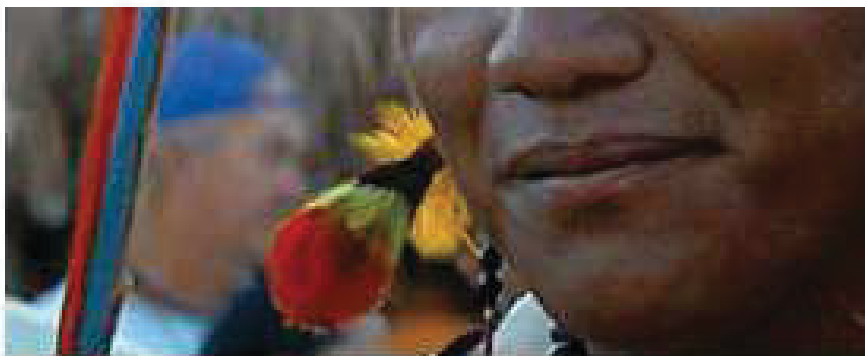
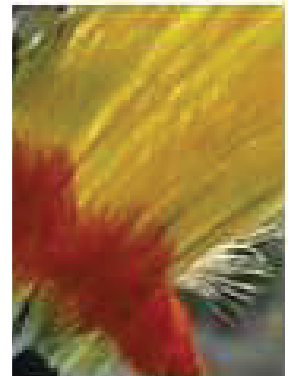




**4ª JORNADA CIENTÍFICA
INTERNACIONAL DA
REDE MUSSI:
MEDIÇÕES DA INFORMAÇÃO,
DEMOCRACIA E SABERES PLURAIS**



**4ÈME JOURNÉE SCIENTIFIQUE
INTERNATIONALE DU
RÉSEAU MUSSI:
MÉDIATIONS DE L'INFORMATION,
DÉMOCRATIE ET SAVOIRS PLURIELS**

ANAI 2019
ACTES

ANAIS
4ª JORNADA CIENTÍFICA INTERNACIONAL DA
REDE MUSSI:
MEDIAÇÕES DA INFORMAÇÃO, DEMOCRACIA E SABERES PLURAIS

ACTES
4ÈME JOURNÉE SCIENTIFIQUE INTERNATIONALE DU
RÉSEAU MUSSI:
MÉDIATIONS DE L'INFORMATION, DÉMOCRATIE ET SAVOIRS PLURIELS

27 e 28 de junho de 2019
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, MG, Brasil

Encontros Científicos internacionais da Rede MUSSI
Réunions scientifiques internationales Réseau MUSSI

NÚMEROS ANTERIORES DA COLEÇÃO ENCONTROS CIENTÍFICOS INTERNACIONAIS DA REDE MUSSI

Série Colóquios Científicos Internacionais:

Mediações e usos de saberes e da informação: um diálogo França-Brasil. Anais publicados sob a direção de Regina Marteleto e Icléia Thiesen. Rio de Janeiro, 4-7 de novembro 2008. Rio: Icict/Fiocruz, Rede Mussi, 2008, 633p.

Médiations et hybridations: construction sociale des savoirs et de l'information. Actes publiés sous la direction de Viviane Couzinet et Caroline Courbières. Toulouse, 15-17 juin 2011. Toulouse: Université de Toulouse 3, Réseau Mussi, 2011, 473p.

As transformações do documento no espaço-tempo do conhecimento. Anis publicados sob a direção de Katia Carvalho e Maria Isabel Barreira. Salvador, 10-12 de novembro 2014. Salvador: Universidade Federal da Bahia/UFBA, Rede Mussi, 2014, 270p.

Médiations des savoirs: la mémoire dans la construction documentaire. Actes publiés sous la direction de Stéphane Chaudiron, Cécile Tardy et Bernard Jacquemin. Lille, 20-21 juin 2018. Lille: Université de Lille 3, Réseau Mussi, 2018.

Série Jornadas Científicas Internacionais:

Médiations documentaires: entre réalités et imaginaires. Actes publiés sous la direction de Viviane Couzinet et Regina Marteleto. Avignon, 15 mars 2010. Avignon: Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse; Université de Toulouse 3, 2010, 200p.

Redes e processos info-comunicacionais: mediações, memórias, apropriações. Anais publicados sob a direção de Regina Marteleto, Icléia Thiesen, Geni Chaves Fernandes, Gustavo Saldanha. Rio de Janeiro, 24-26 de outubro de 2012. Rio de Janeiro: Icict/Fiocruz; Ibict-UFRJ, Rede Mussi, 2012, 465 p.

De la médiation des savoirs: science de l'information-documentation et mémoires. Actes publiés sous la direction de Isabelle Fabre et Cécile Gardiès. Toulouse, 21-22 mars 2016. Toulouse: ENFA, Réseau Mussi, 2016, 428p.

Organizadores:
MARIA GUIOMAR DA CUNHA FROTA
FABRICIO JOSÉ NASCIMENTO DA SILVEIRA
PABLO GOMES

**4ª JORNADA CIENTÍFICA INTERNACIONAL DA
REDE MUSSI:
MEDIÇÕES DA INFORMAÇÃO, DEMOCRACIA E SABERES PLURAIS**

ANAIS

4ÈME JOURNÉE SCIENTIFIQUE INTERNATIONALE DU
RÉSEAU MUSSI:
MÉDIATIONS DE L'INFORMATION, DÉMOCRATIE ET SAVOIRS PLURIELS

ACTES

Série: Jornadas Científicas Internacionais
Volume IV, 2020



Belo Horizonte, MG
2020

Realização:

Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação – Rede MUSSI

Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – ECI/UFMG

Promoção:

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – PPGCI/UFMG

Apoio:

Universidade Federal de Minas Gerais

Organização:

Maria Guiomar da Cunha Frota

Fabricio José Nascimento da Silveira

Pablo Gomes

Capa e Projeto Gráfico:

Pablo Gomes

Mariana Silva Mota

Editores:

Pablo Gomes

Rosana Matos da Silva Trivelato

Anna Luiza Werkema

Olívia Andrade Coimbra

Ficha Catalográfica: Rosana Matos da Silva Trivelato (CRB-6 1889)

J82 Jornada Científica Internacional da Rede Mussi : Mediações da informação, democracia e saberes plurais (4. : 27-28 out. 2019 : Belo Horizonte, MG)

Anais da 4ª Jornada Científica Internacional da Rede Mussi : Mediações da informação, democracia e saberes plurais / Maria Guiomar da Cunha Frota, Fabricio José Nascimento da Silveira, Pablo Gomes (organizadores). – Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação/Universidade Federal de Minas, 2020.

536 p.

ISBN: 978-85-65609-13-5

1. Mediação da informação. 2. Democracia. 3. Saberes Plurais. 4. Informação. 5. Ciência da Informação. I. Frota, Maria Guiomar da Cunha. II. Silveira, Fabrício José Nascimento da. III. Gomes, Pablo. IV. Título.

COMITÊ CIENTÍFICO

Ana Amélia Lage Martins (UNIRIO, Brasil)

Cécile Gardiès (ENSFEA, França)

Fabício José Nascimento Da Silveira (UFMG, Brasil)

Gustavo Silva Saldanha (IBICT-UFRJ e UNIRIO, Brasil)

Icléia Thiesen (UNIRIO, Brasil)

Isabelle Fabre (ENSFEA, França)

Margarida Sá Nogueira Lalandia (Universidade dos Açores, Portugal)

Maria Aparecida Moura (UFMG, Brasil)

Maria Guiomar da Cunha Frota (UFMG, Brasil)

Marilda Lopes Ginez de Lara (USP, Brasil)

Marta Macedo Kerr Pinheiro (FUMEC, Brasil)

Patrick Fraysse (Université Paul Sabatier, Toulouse 3, França)

Regina Maria Marteleto (IBICT-UFRJ, Brasil)

Rodrigo Moreno Marques (UFMG, Brasil)

Stéphane Chaudiron (Université de Lille 3, França)

Viviane Couzinet (Université Paul Sabatier, Toulouse 3, França)

Yves Jeanneret (Université Paris IV Sorbonne, França)

COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO

Anna Luiza Werkema (UFMG, Brasil)

Azilton Ferreira Viana (UFMG, Brasil)

Fabrcio José Nascimento Da Silveira (UFMG, Brasil)

Felipe Eleutério Hoffman (UFMG, Brasil)

Gustavo Silva Saldanha (IBICT-UFRJ e UNIRIO, Brasil)

Icleia Thiesen (UNIRIO, Brasil)

Mardochee Ogcime (UFMG, Brasil)

Maria Guiomar da Cunha Frota (UFMG, Brasil)

Matheus Aguiar de Carvalho (UFMG, Brasil)

Olívia Andrade Coimbra (UFMG, Brasil)

Pablo Gomes (UFMG e IFMA, Brasil)

Ptal Augusto Lotti (UFMG, Brasil)

Regina Maria Marteleto (IBICT-UFRJ, Brasil)

Rosana Matos da Silva Trivelato (UFMG, Brasil)

Viviane Couzinet (Université Paul Sabatier, Toulouse 3, França)

SUMÁRIO

A REDE QUE NOS APROXIMA.....	12
<i>Regina Maria Marteleto</i>	
<i>Viviane Couzinet</i>	
<i>Icléia Thiesen</i>	
APRESENTAÇÃO DOS ANAIS DA 4ª JORNADA CIENTÍFICA INTERNACIONAL DA REDE MUSSI.....	18
<i>Maria Guiomar da Cunha Frota</i>	
<i>Fabrcio José Nascimento da Silveira</i>	
<i>Pablo Gomes</i>	
ABERTURA.....	20
Processo mau-olhado, bem olhado: oração sobre nossas águas.....	21
<i>Janaina Barros</i>	
<i>Wagner Leite Viana</i>	
Desgoverno autoritário enquanto projeto político.....	24
<i>Edson Teles</i>	
MESAS REDONDAS.....	31
Saberes Plurais e Mediação Informacional	
Memoria, bibliotecas y humanidades digitales.....	32
<i>Edgardo Civalleiro</i>	
Exposer les savoirs pluriels de la mémoire scientifique de l'Université Paul Sabatier de Toulouse.....	46
<i>Patrick Fraysse</i>	
Construção coletiva de saberes em saúde: redes, narrativas e mediações informacionais.....	55
<i>Regina Maria Marteleto</i>	
A mediação da metáfora e a metáfora da mediação: da linguagem à teoria crítica da classificação desde Emanuele Tesauro.....	66
<i>Gustavo Silva Saldanha</i>	
Espaços Culturais e Democratização dos Saberes	
O esquecimento como política institucional e a manipulação da memória pública: novos desafios para o campo informacional.....	79
<i>Icleia Thiesen</i>	
MEC/DSI/AESI - A produção de informação sobre subversão na universidade.....	90
<i>Maria Guiomar da Cunha Frota</i>	

COMUNICAÇÃO CONVIDADA.....	101
Science de l'Information et de la Communication: Méthodologies, Connaissances et Engagemen	
Pluralidade e saberes situados: a Ciência da Informação em tempos de crise.....	102
<i>Maria Aparecida Moura</i>	
Expression en ligne et corpus numeriques: l'exemple du petitionnement en ligne.....	115
<i>Christine Barats</i>	
SESSÕES DE COMUNICAÇÃO.....	119
Informação, Comunidades, Redes e Saberes Plurais nos Espaços Culturais: Bibliotecas, Museus e Arquivos	
Leitura, mediação e processos de ressocialização no cárcere: um estudo de caso a partir do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade.....	120
<i>Andreza Gonçalves Barbosa</i>	
<i>Fabrcio José Nascimento da Silveira</i>	
As garantias de ficção, literária e de uso como elementos para a mediação da literatura infantojuvenil em biblioteca escolar.....	136
<i>Roberta Caroline Vesu Alves</i>	
<i>Mariângela Spotti Lopes Fujita</i>	
Obras bibliográficas em espaços museais e a interface entre biblioteconomia e museologia: o caso do Centro de Memória da Medicina–UFMG.....	152
<i>Ana Paula Meneses Alves</i>	
<i>Ráisa Mendes Fernandes de Souza</i>	
<i>Débora Crystina Reis</i>	
Mediações na construção da memória e da identidade: "A Casa da Autonomia".....	168
<i>Rolando Lalanda-Gonçalves</i>	
<i>Margarida Sá Nogueira Lalanda</i>	
Uma proposta de mediação cultural no Arquivo Nacional: O Projeto Cartas de Arquivo.....	183
<i>Patrícia Conceição Romeu da Fonseca</i>	
<i>Ricardo Medeiro Pimenta</i>	
Patrimônios Materiais e Imateriais: Mediação Informacional e Saberes Plurais	
Le Néo-réalisme portugais: mémoire de résistance et muséologie sociale.....	195
<i>Viviane Ramond</i>	
<i>Emmanuelle Lambert</i>	
<i>Jean-Thierry Julia</i>	

Etnografando museus: apropriações e mediações do conhecimento sobre o patrimônio cultural em espaços de memória.....	208
<i>Samuel Ayobami Akinruli</i>	
<i>Maria Aparecida Moura</i>	
L'odeur peut-elle contribuer à démocratiser le musée?: analyse de visites guidées olfactives dans les musées d'art.....	226
<i>Julie Deramond</i>	
<i>Nolwenn Pianezza</i>	
<i>Elaine Brito</i>	
Le rugby a XIII dans le quartier des Minimes etude d un processus de patrimonialisation mene par des acteurs institutionnels.....	238
<i>Nathalie Joubert</i>	
Cartographie et analyse du réseau d'acteurs en politique publique: le cas du projet PIA Jeunesse de la Métropole Européenne de Lille.....	254
<i>Éric Kergosien</i>	
<i>Guillaume Fregat</i>	
<i>Flavie Ferchaud</i>	
Tipografia, mediações e cultura: o impresso como matéria significativa....	265
<i>Luiz Tadeu Feitosa</i>	
<i>Ismael Lopes Mendonça</i>	
Patrimoine, ontologie et savoirs pluriels: quelle place pour les mémoires minières des Hauts de France?.....	278
<i>Amelie Dalloz</i>	
<i>Juliette Le Marquer</i>	
<i>Stéphane Chaudiron</i>	
<i>Cecile Tardy</i>	
<i>Bernard Jacquemin</i>	
<i>Éric Kergosien</i>	
Mediações de Saberes e Informações:	
Lugares, Políticas, Memórias e Formas de Resistência	
O controle social da informação no processo de monitoramento das Convenções Fundamentais do Trabalho na América e na Europa: características de uma prática mediadora.....	298
<i>Pedro Alves Barbosa Neto</i>	
<i>Andressa Quintino Ramos</i>	
<i>Milene Cristina de Araújo Silva</i>	
Regime de Informação e Política Nacional de Juventude: uma análise da experiência do Observatório Participativo da Juventude (Participatório).....	319
<i>Adriane Maria Arantes Carvalho</i>	
<i>Ângela Maria Siman</i>	
<i>Bruna Luiza Souza</i>	
Leia Mulheres BH: mediação de leitura e empoderamento feminino.....	336
<i>Claudio Paixão Anastácio de Paula</i>	
<i>Jéssica Patrícia Silva de Sá</i>	

Os idosos e a busca de informação para a solução de problemas.....	351
<i>Silvana Maria de Jesus Vetter</i>	
<i>Gilda Olinto</i>	
<i>Maria Mary Ferreira</i>	
Da arqueologia à organização do conhecimento: diversidade, saber e poder em sistemas de classificação bibliográfica.....	367
<i>Rosana Matos da Silva Trivelato</i>	
<i>Maria Aparecida Moura</i>	
Mediação da Informação em Contextos Digitais: Aspectos Políticos e Democratização dos Saberes	
Adeus à utopia digital da Internet: o sonho acabou.....	379
<i>Rodrigo Moreno Marques</i>	
<i>Hermann Bergmann Garcia e Silva</i>	
Sociedade da Informação e do Conhecimento: uma reflexão político-econômica sobre as possibilidades e condições dos países periféricos para o desenvolvimento.....	398
<i>Mardochée Ogécime</i>	
<i>Maria Aparecida Moura</i>	
Apropriação e reuso dos dados governamentais abertos: métrica DGABr	417
<i>Patrícia Nascimento Silva</i>	
Blackfishing e a identidade racial nas mídias sociais: das redes às micronarrativas.....	433
<i>Ronaldo Ferreira de Araújo</i>	
<i>Jobson Francisco da Silva Júnior</i>	
Mediações híbridas e construção social da pessoa com baixa visão no Brasil: o Movimento Bengala Verde na internet.....	458
<i>Gustavo Miranda Caran</i>	
<i>Ronaldo Ferreira Araújo</i>	
Mediação e popularização da ciência e da informação científica.....	475
<i>Martha Suzana Cabral Nunes</i>	
<i>Maria Giovanna Guedes Farias</i>	
Análise do diálogo entre a Ciência da Informação e a audiodescrição: desenvolvimento do conceito de informação audiodescritiva.....	487
<i>Tamires Neves Conceição</i>	
<i>Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva</i>	
Acesso à informação e memória: a publicização dos resultados da Comissão da Verdade em Minas Gerais.....	503
<i>Maria Guiomar da Cunha Frota</i>	
<i>Pétalah Augusto Lotti</i>	
<i>Anna Luiza Werckema</i>	
Formas microdocumentárias na web” e mediações: a produção da hegemonia pela forma.....	521
<i>Ana Amélia Lage Martins</i>	

MEDIAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE: “A CASA DA AUTONOMIA”, AÇORES

MÉDIATIONS DANS LA CONSTRUCTION DE LA MÉMOIRE ET DE L'IDENTITÉ: "LA MAISON DE L'AUTONOMIE", AÇORES

MEDIATION IN THE CONSTRUCTION OF MEMORY AND IDENTITY: "THE HOUSE OF AUTONOMY", AÇORES



LALANDA-GONÇALVES, Rolando.
Universidade dos Açores



LALANDA, Margarida Sá
Nogueira.
Universidade dos Açores

Resumo: Esta 4ª Jornada Científica da Rede MUSSI centra-se na «emergência de refletirmos sobre a mediação da informação e dos saberes plurais como formas de democratização da produção científica e cultural» e destaca, entre outras temáticas, as mediações de saberes e informação nos espaços culturais, no âmbito da “polis” e com especial incidência nas memórias coletivas e na democratização dos saberes. Tendo em conta tais desideratos, decidimos analisar o projeto “Casa da Autonomia”, que está a ser desenvolvido desde 2014 pelo Governo da Região Autónoma dos Açores visando preservar, divulgar e consolidar a memória do processo da autonomia política açoriana. Esta iniciativa assume-se como tendo por bases a história, a memória, a identidade e a cidadania, e desenvolve-se em quatro eixos estruturantes: recuperação patrimonial, projeto de investigação, programa museológico, e plataforma digital. Na apresentação do Projeto e na sua análise crítica pronunciamos-nos igualmente sobre percepções internas e externas desta mediação cultural que assumidamente visa promover uma cidadania ativa e informada e integrar as memórias no reforço da construção da identidade coletiva açoriana.

Palavras-Chave: Identidade coletiva; Autonomia; Açores; mediação museológica; “Casa da Autonomia”.

Résumé: La problématique centrale de la 4.e Journée Scientifique du Réseau MUSSI est «la nécessité urgente d'approfondir les réflexions sur la médiation de l'information et des savoirs pluriels, des moyens de démocratisation de la production scientifique et culturelle». Elle met en évidence, au-delà d'autres thématiques bien actuelles, les médiations des savoirs et de l'information dans les espaces culturels, dans le cadre de la "polis" et avec un accent particulier sur les mémoires collectives et la démocratisation des savoirs. Compte tenu de tous ces desiderata, nous avons décidé d'analyser le projet «Maison de l'Autonomie», qui est en cours d'élaboration depuis 2014 par le Gouvernement de la Région Autonome des Açores afin de préserver, disséminer et consolider la mémoire du processus d'autonomie politique des Açores. Cette initiative, fondée sur l'histoire, la mémoire, l'identité et la citoyenneté, s'articule autour de quatre axes structurants: relèvement patrimonial, projet de recherche, programme muséologique et plateforme numérique. Dans la présentation du projet et dans son analyse critique, nous nous prononçons également sur les perceptions internes et externes de cette médiation culturelle, censée promouvoir une citoyenneté active et informée et intégrer les mémoires dans le renforcement de l'identité collective des Açoréens.

Mots-clés: identité collective; Autonomie; Açores; médiation muséologique; "La Maison de l'Autonomie".

Abstract: This 4th Scientific Journey of the MUSSI Network focuses on the "emergence of reflecting on the mediation of information and plural knowledge as forms of democratization of scientific and cultural production" and highlights, among other topics, the mediations of knowledge and information in cultural spaces, within the scope of the "polis" and with special focus on collective memories and the democratization of knowledge. Taking into account these desiderats, we decided to analyze the "Casa da Autonomia" project, which has been developed since 2014 by the Government of the Autonomous Region of the Azores in order to preserve, disseminate and consolidate the memory of the process of Azorean political autonomy. This initiative is based on history, memory, identity and citizenship, and is

developed in four structuring axes: patrimonial recovery, research project, museological program, and digital platform. In the presentation of the Project and in its critical analysis we also pronounce on the internal and external perceptions of this cultural mediation, which is supposed to promote an active and informed citizenship and to integrate the memories in the reinforcement of the collective identity of Azorean people.

Keywords: collective identity; Autonomy; Azores; museological mediation; "The House of Autonomy".

Introdução

O arquipélago dos Açores constitui desde 1976 a Região Autónoma dos Açores (R.A.A.), definida na Constituição da República Portuguesa e dotada de Governo e de Assembleia Legislativa. Iniciou-se então a autonomia político-administrativa que caracteriza a Região e que traduz um avanço institucional muito significativo no processo, ativamente desenvolvido desde o século XIX, de reivindicação pelas elites insulares de condições para a comunicação interna e externa, especialmente pela construção de imprescindíveis portos e vias de comunicação terrestre, e de capacidade legal, financeira, fiscal e de decisão pelas autoridades locais e não pelo distante e desinteressado poder central. Segundo Carlos Cordeiro, historiador especializado nas questões do regionalismo açoriano nessa época, «desde meados do século XIX se assistiu ao começo da afirmação de uma consciência açoriana, sobretudo insular [por ilha, não como um todo regional], (...) baseada no princípio de que os Açores eram prejudicados ao nível do investimento público e da despesa, entre outros aspetos,» no contexto português (CORDEIRO).

Foi longo e difícil o caminho percorrido durante muitas décadas pela Autonomia, com avanços e recuos nos graus e tipos permitidos por cada governo central de Portugal quer durante a Monarquia quer, desde 1910, na República. As movimentações, reivindicações e publicações de textos de debate conheceram intensidades muito diferentes nas nove ilhas, concentraram-se nas três capitais distritais, e destacaram-se muitíssimo em São Miguel. Deste contexto resultou uma considerável morosidade na ultrapassagem mental, por cada açoriano, do limite físico da sua ilha e da sua dependência da sede do distrito administrativo autónomo (qualquer deles supervisionado pela Junta Geral Autónoma dos Açores) a que ela pertencia; assim, a percepção do arquipélago como um todo e como um espaço comum foi praticamente inexistente até finais do século XX. Esta situação foi-se modificando com a criação, desde 1975, de entidades cujas acções afetam profundamente todas as ilhas e muito têm contribuído para a formação de uma consciência de “pertença a uma região”:

ainda antes da existência da R.A.A, a Televisão, a Junta Regional dos Açores (desde a supressão dos distritos e da Junta Geral até à tomada de posse do 1º Governo Regional), a Universidade; a partir de 1976, a Assembleia Legislativa e, sobremaneira, o Governo Regional com todos os seus serviços (com delegações parcelares em cada ilha) e influência.

A Autonomia política é atualmente entendida como uma característica identitária dos Açores. Existe uma relação próxima forte entre ela, as dinâmicas socioculturais vividas na Região e as suas inter-acções quer no seio da União Europeia quer com o resto do mundo. As diferentes fases da luta pela Autonomia política e as da sua institucionalização, que continua a decorrer, originaram múltiplas memórias e registos de variadas tipologias, que constituem um amplo acervo documental e patrimonial atualmente disperso sobretudo por bibliotecas e arquivos públicos e privados e por espólios familiares físicos e imateriais.

Bases das propostas de preservação da memória coletiva dos Açores

A consciência de uma identidade cultural dos habitantes deste arquipélago assenta nas vivências históricas comuns, de que o processo autonómico é uma das mais fortes mas também das mais recentes. A vontade de reconhecer tais laços e de agregar e preservar em espaços próprios as principais marcas desse passado identitário originou a criação de museus locais mas onde é nítida a consciência de pertença também a uma realidade geográfica mais vasta. Esses museus repartem-se aqui por duas grandes tipologias, que não se excluem mutuamente: os etnográficos e os históricos.

Em termos gerais, e tal como um antropólogo cultural enuncia, «o poderoso desenvolvimento das “casas de memória” (museus de artes e tradições populares, de etnografia regional e de história local) enraíza-se na vontade de conservar, de guardar na memória as experiências humanas “do berço ao túmulo”.(...) É antes de mais a memória da terra, a das sociedades rurais tradicionais» (CANDAU, p. 157-158). Assim se explica a proliferação nestas ilhas, nos últimos quarenta anos, de núcleos museológicos estimulados pelas autarquias.

As questões da vida cívica e das suas especificidades no caso dos Açores afetam as próprias concepções museais. Ora vejamos estas ideias: «Como somos ilhas, a

tendência para o isolamento de experiências pode reduzir a consciência de arquipélago ou de comunidade integrada no mundo. Necessário se torna criar (...) um espaço que, salvaguardando uma tradição cultural, colabore activamente na recriação permanente e necessária da nossa memória colectiva. (...) Propomos a criação urgente de um Museu global para os Açores», designado “Museu das Artes e Tradições dos Açores”, muito mais ambicioso do que os das tradições populares somente (MADURO-DIAS, p. 515). E, para se vencer fisicamente a enorme porção de mar que afasta entre elas as nove ilhas do arquipélago, teria, dizia já em 1986, de se aproveitar todas as potencialidades das então novíssimas tecnologias informáticas. Pouco depois, outro historiador propunha um «Museu de Identidade Regional», etnográfico e com espólio não a nível local mas sim regional, com especialização temática em cada cidade (MOURA, p. 14-15). Em ambos estes estudiosos encontramos o entendimento claro de que a musealização da identidade açoriana é indissociável da consciência política da sua história; no fundo, a mesma posição que depois viria a ser defendida noutras geografias, espanholas, onde as questões autonómicas também se colocam: «los museos no son collecciones ni son edificios solamente; son intenciones y objetivos culturales, reflexiones sobre la sociedad, instrumentos para el debate social y el debate del pensamiento», e «tiene que haber una voluntad política para que los museos cumplan una función» (Debate «El Marco Normativo...»:73 e 91).

No final da primeira década do século XXI, em 2008, começou a ser mencionada publicamente pelo então Presidente do Governo Regional uma proposta diferente e inovadora: um espaço para salvaguardar as memórias da construção da Autonomia dos Açores, denominado “Casa” nas primeiras vezes e “Museu” nas seguintes, mas que interpelasse os cidadãos e os levasse não só a conhecer o seu passado nesse campo como também a refletir sobre a sua participação cívica no presente e a discutir o seu futuro enquanto comunidade.

Antes de aprofundarmos este Projeto novo é interessante retermos que na evolução recente da museologia internacional uma das correntes, por enquanto minoritária, é a que encara os visitantes dos museus não como espectadores do passado mas sim como actores do presente e do futuro: «Pourquoi ne pas penser plutôt à des musées d’histoire du temps présent? (...) À des centres d’interprétation du temps et de la société dans laquelle nous vivons, conçus comme des instruments pour aborder le présent et le futur, en s’adressant aux visiteurs pas seulement en tant que

destinataires, mais en tant qu'acteurs de la réalité actuelle, en tant que citoyens d'une localité, d'un pays, du monde?» (JALLA, p. 141-142)

O Projeto e a Missão “Casa da Autonomia” vistos de dentro

Em 2014 o Governo Regional, reunido em Conselho, aprovou «o projeto da Presidência do Governo, tornado oportunamente público, de criação da “Casa da Autonomia”, instituindo-se por esse meio um equipamento cultural vocacionado para o incremento de uma cidadania açoriana mais ativa e informada», como figura no respetivo diploma legal publicado no Jornal Oficial e que, pela sua relevância matricial, reproduzimos integralmente em anexo nas últimas páginas desta comunicação. Aí é declarado que «à “Casa da Autonomia” competirá reunir, conservar, investigar, divulgar e expor, com fins pedagógicos e informativos, o espólio material e imaterial da referida temática, privilegiando o fácil e livre acesso do público em geral, bem como o fomento e a dinamização de exposições temporárias, atividades e eventos.» Os objetivos estão bem enunciados: «um tal projeto deve incorporar meios e conteúdos que contribuam com rigor e de forma apelativa para o conhecimento e afirmação da identidade do Povo Açoriano e da sua Região, dando a conhecer aos Açorianos e aos seus visitantes a História dos Açores, a evolução e enquadramentos do processo autonómico no passado como nas suas dinâmicas futuras». Para coordenar tudo é criada uma “Estrutura de Missão”, que funcionará no espaço agora associado ao projeto e que será intervencionado para tal (AÇORES. PRESIDÊNCIA DO GOVERNO, 2014).

Em 2016, na sessão solene comemorativa do 40º aniversário do nascimento da Assembleia Legislativa Regional, o mesmo Presidente do Governo Regional renovou o seu empenho nesta iniciativa: «julgamos poderem vir a ser de grande importância e utilidade os projetos designados 'Autonomia Digital' e 'Casa da Autonomia', os quais, extravasando quaisquer fronteiras físicas de ilhas ou locais, constituirão um amplo espaço de conhecimento, memória e identidade do Povo Açoriano e da nossa Região. (...) Promover esse conhecimento, acarinhar essa memória e, pela ação combinada desses dois elementos, estimular essa identidade é uma boa forma de também reforçar a ligação dos Açorianos com as suas conquistas, entre as quais se conta a Autonomia dos Açores.» (PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES. GABINETE DE APOIO À COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2016)

Para explicar mais desenvolvidamente o projeto e o seu enquadramento foi elaborado e divulgado no “youtube” um vídeo (GOVERNO DOS AÇORES. ESTRUTURA DE MISSÃO PARA A CASA DA AUTONOMIA, 2016); nele se afirma que as bases são a história, a memória, a identidade e a cidadania, e que a concretização se desenvolve em quatro eixos estruturantes: recuperação patrimonial, projeto de investigação, programa museológico, e plataforma digital tendo por modelo o portal desenvolvido na União Europeia que, em livre acesso, agrega catálogos e bases de dados de dezenas de instituições culturais, “Europeana” (<https://www.europeana.eu/portal/pt>).

A acessibilidade totalmente livre via “internet” e a integração/agregação de conteúdos, incluindo fontes (digitalizadas), num portal único de pesquisa, em rede, com acesso direto simultâneo aos catálogos e, sobretudo, aos espólios de diversas instituições (bibliotecas, arquivos, museus) são os elementos fundamentais da sua concepção. As mesmas plataformas e aplicações informáticas, gratuitas, são usadas por todos os parceiros assim conectados entre eles e com a “Casa da Autonomia”: a Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores (<http://www.redemuseuscolecoesvisitaveisacores.pt/>), a Rede Regional de Bibliotecas Escolares (<http://rrbe.azores.gov.pt/>), e o Sistema Regional de Arquivos, do qual fazem parte os Arquivos Regionais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta (<http://www.arquivos.azores.gov.pt/>), os arquivos da administração regional autónoma, os da administração local, e a Comissão Coordenadora para os Arquivos da Região Autónoma dos Açores. A “Casa” insere-se no Programa “Açores Digital”, financiado até 2020 pelo Programa Operacional 2020 com fundos estruturais da União Europeia, e como tal deve promover igualmente o desenvolvimento de competências e recursos digitais por parte dos Açorianos.

Em entrevista que fizemos expressamente para a presente comunicação a sua Coordenadora fez-nos saber que «uma das principais motivações pessoais tem sido dar a conhecer aos habitantes da Região o passado, para não considerarem nem que a Autonomia é um facto garantido, nem que pode ser abandonada em favor de algo que pareça mais vantajoso em termos financeiros ou outros mas que não tenha a ver com a sua identidade coletiva; por isso é importante que o acervo em livre acesso venha até aos nossos dias, incluindo a produção das várias Secretarias do Governo Regional desde 1976 e a legislação regional». Deste modo, os seus objetivos coincidem com os da “Casa da Autonomia”: «1º: transmitir a mensagem dos autonomistas antigos; 2º: criar memória e consciência cívica; mais do que um museu

do passado, algo de vivo, a que as pessoas possam recorrer e sintam vontade e necessidade de tal».

As dificuldades também se têm feito sentir, em especial duas: a lentidão no processo de cópia digital por parte das instituições com espólios dos autonomistas históricos, e o pagamento de avultados direitos de propriedade sobre peças de particulares (manuscritos, fotografias, livros, objetos vários). A elas juntam-se importantes receios da Coordenadora, relativos ao futuro a curto e a médio prazo: o facto de nada estar ainda garantido após o fim da Estrutura de Missão; a eventualidade de não haver mais dinheiro para financiar as peças, a manutenção (com técnicos especializados e com colaboradores com as necessárias competências científicas, como os de agora) do sistema, após 2020; e, o pior de todos, o risco eventual de a sociedade deixar de sentir necessidade ou utilidade de manter viva a “Casa da Autonomia”.

Na perspetiva da especialista em mediação cultural responsável pela musealização do Projeto, e para além das mostras temporárias, é necessário existirem em permanência duas exposições, qualquer delas com o seu *continuum* do prólogo ao epílogo: 1ª: a da História da Autonomia, cuja secção final tem como protagonista o cidadão (de qualquer nacionalidade) que até então esteve como visitante e que aí passa a ser o protagonista, o autor das perguntas e descobridor das respostas sobre a sua própria cidadania, a autonomia da comunidade e a sua, aquele que reflete sobre o passado, o presente e o futuro; 2ª: a do equipamento em si, o edifício em Ponta Delgada, ilha de São Miguel, que foi Convento de Nossa Senhora da Conceição nos séculos XVII a XIX e, após a saída obrigatória das religiosas com o Liberalismo, passou a designar-se “Palácio da Conceição” e a ser a sede do poder político do distrito administrativo, duma Junta após outra, do Governo Civil, e, por fim, do Governo Regional, e no qual as obras de desinfestação e recuperação descobriram materiais arqueológicos dessas sucessivas valências.

As mediações culturais que estão a ser planificadas integram-se no serviço socio-educativo deste Palácio, diferem consoante o público e, por isso, estão articuladas com as redes de instituições culturais regionais de modo a, sempre que possível e com informação fornecida previamente por estas, corresponderem aos interesses dos visitantes, tanto nas mediações diretas (quando o mediador os acompanhar presencialmente, o que lhe permitirá adaptar o percurso e os conteúdos em função das inter-ações que forem sendo desenvolvidas) como nas indiretas (quando os

visitantes seguirem sozinhos um dos diversos guiões à sua disposição). Graças a esta concepção, cada pessoa poderá fazer a visita, a qualquer das exposições permanentes, várias vezes sem repetir nem a orientação do seu olhar e realçes, nem as suas interrogações, reflexões e respostas.

Olhares de fora sobre a “Casa da Autonomia”

A mediação de informação, no contexto do projeto “Casa da Autonomia”, é feita quer nas exposições realizadas no próprio equipamento, quer através de um conjunto de plataformas digitais que articulam os acervos locais (museus, bibliotecas, arquivos, de particulares) com outras plataformas nacionais e internacionais.

No cerne deste sistema fica o utilizador ou utente destes serviços. A lógica dominante radica num conjunto de procedimentos especializados voltados para públicos informados e familiarizados com o poder e o alcance da informação mediada por estruturas de poder com capacidade para desenvolver projetos com esta dimensão.

Aqueles que não estão direta ou indiretamente ligados a este processo museológico e de partilha de bases de dados constituem o grande público, e encontram-se inseridos em múltiplas instâncias de mediação interpessoal, institucional ou mediática. Por isso, a importância destes acervos documentais digitalizados para a construção mediada da sua realidade histórica, dos processos da sua participação cidadã e, sobretudo no período recente da Autonomia Política, não pode deixar de ser relativizada. De facto, na multiplicidade das instituições de mediação as lógicas de percepção são plurais e por vezes conflituais com os objetivos manifestos e latentes deste projeto, como exemplificamos já de seguida.

Não deixa de ser relevante que uma das questões que foram controversas no espaço público tenha a ver com a própria designação do projeto. Logo em 2009, meses após o anúncio e quando dele ainda pouco se sabia, num colóquio (cujas atas só foram publicadas três anos depois) dois investigadores questionaram a oscilação verificada entre as palavras “Casa” e “Museu” e salientaram a característica de a primeira se inserir na «linguagem dos afectos que as “Casas” saudáveis possuem» (COSTA; NASCIMENTO, p. 197). Paradoxalmente, notaram, esta dimensão afetiva surge ligada a um exercício profundamente racional de transmissão intergeracional dos acontecimentos documentados com relevância para a compreensão do fenómeno

político da “Autonomia”, tendo estes autores a convicção de que grande parte dos açorianos teria ideias pouco claras acerca deste.

Em nosso entender, a questão fundamental está associada à própria natureza deste projeto originário num determinado contexto de poder. Pelo facto de se alicerçar na musealização de uma realidade ainda em curso está sujeito a divergências de entendimentos, vivências e, inclusivamente, afetividades. Precisamente neste último campo consideramos significativo este texto publicado na ilha do Faial, em cuja cidade da Horta se encontra a Assembleia Legislativa Regional: “A Casa da nossa Autonomia é o Parlamento dos Açores, pois é ele o espaço onde estão representadas todas as nossas ilhas e onde a nossa Autonomia democraticamente se realiza e concretiza. Como já alguém escreveu, até a ideia da Casa da Autonomia pode ser boa. Mas, fazê-la no Palácio da Conceição, em S. Miguel, longe da sede do Parlamento dos Açores, é não só uma má solução, mas um deplorável e ostensivo esvaziamento do lugar que à Assembleia cabe na nossa Região.» (GARCIA)

Nas múltiplas percepções do projeto, o facto de o mesmo fisicamente se encontrar sediado num edifício icónico do poder (tanto da época Distrital como da Autónómica) não deixa de contaminar o sentido atribuído pelos seus promotores ao valorizarem a circulação mediada através das redes informáticas. Nesta instância de mediação o objeto central da percepção não se ancora nas vantagens da “troca” de acervos documentais mas sim na materialidade física do projeto e na sua sediação, o que apela a questionar as lógicas da participação cidadã numa iniciativa com este tipo de alcance.

A mediação de saberes protagonizada pela “Casa da Autonomia”, enquanto projeto museológico, insere-se na lógica própria do atual poder regional: afirmação de um percurso histórico de mais de vinte anos da mesma força partidária.

No entanto, nesta “polis” açoriana existem outras instâncias (os grupos sociais dominantes em cada ilha do arquipélago, partidos políticos, associações culturais, por exemplo) que possuem os seus próprios sistemas de mediação e que nas relações interpessoais e nas institucionais exercem os seus poderes. Não será inédito se algumas delas vierem a questionar a natureza deste projeto e a percepcioná-lo como algo que não lhes gera uma especial afetividade. Assim, as percepções externas a este projeto irão configurar as representações sociais associadas ao próprio conceito de “Casa” e de “Museu”.

De resto, como é reconhecido, «a mediação cultural não se define apenas como um conjunto de procedimentos destinados a aproximar o público dos produtos culturais. É, antes, atuação, tomada de posição em território marcado por posições distintas e nem sempre concordantes» (PERROTTI, p. 10). Garantidamente não será quanto à “Casa da Autonomia” e à musealização do projeto autonómico açoriano que ela deixará de se apresentar «como um território discursivo, de embates e possibilidades, ao mesmo tempo que de afirmação da esfera pública como instância superior organizadora e legitimadora do campo simbólico» (PERROTTI, p. 13).

Dadas as múltiplas dimensões do processo político autonómico açoriano _a dimensão identitária, a da relação inter-ilhas, e a da construção de um processo histórico ainda em devir_, os desafios associados ao projeto “Casa da Autonomia” são consideráveis, tanto no potencial de relação enunciado nos seus planos de intervenção como nas diferentes percepções e representações sociais que lhe estão associadas.

Considerações finais

O projeto “Casa da Autonomia”, ainda em curso, é paradigmático das lógicas associadas aos museus do presente e da sua importância no contexto da reflexividade acerca de um processo político contemporâneo, apesar da grande carga de referências ao passado no acesso a acervos documentais históricos disponibilizados em recursos técnicos que permitem a intercomunicabilidade de plataformas locais, regionais, nacionais e internacionais. As questões à volta da identidade ganham neste contexto forte relevância, e a sua relação com a memória coletiva adquire uma efetividade incontornável.

O devir é neste quadro uma dimensão reflexiva da mediação latente neste projeto, que não pode deixar de ser controverso, contraditório e por vezes conflitual.

Em que medida podemos afirmar que um projeto desta natureza pode ser portador de novas formas de exercício de uma cidadania ativa? São muitas as questões que se colocam à partida para que se consiga formular agora uma conclusão definitiva. Este processo é dinâmico e levará múltiplos atores a participarem direta ou indiretamente na construção do seu acervo informacional, ao mesmo tempo que abrirá a públicos diferenciados o acesso a estas fontes de informação. Tal pode ser indiciador de uma nova dinâmica participativa, a qual deverá continuar a ser estudada e caracterizada

após 2020, ano de grandes mudanças pois nele se conjugarão a abertura ao público do edifício renovado, as primeiras exposições, a disponibilização da plataforma digital que tem vindo a ser elaborada, o fim da Estrutura de Missão, o termo do Programa Operacional de financiamento pela União Europeia, e novas eleições para a Assembleia Legislativa e das quais decorrerá a formação do novo Governo da Região Autónoma dos Açores, o responsável pelo futuro próximo da “Casa da Autonomia”.

REFERÊNCIAS

AÇORES. PRESIDÊNCIA DO GOVERNO. *Resolução do Conselho do Governo n.º 87/2014 de 9 de maio de 2014* [Constitui uma estrutura de missão com o objetivo de criação da Casa da Autonomia no Palácio da Conceição, em Ponta Delgada]. *In* Jornal Oficial I Série - Número 57, 9 de maio de 2014.

<http://www.azores.gov.pt/JO/Serie+I/2014/S%C3%A9rie+I+N%C2%BA+57+de+9+de+Maio+de+2014/Resolu%C3%A7%C3%A3o+do+Conselho+do+Governo+N%C2%BA+87+de+2014.htm> .

CANDAU, Joël. *Antropologia da Memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

CORDEIRO, Carlos. Autonomia surgiu nos Açores pela primeira vez há 121 anos». [Síntese, feita por jornalista não identificado/a da Agência noticiosa “Lusa”, da entrevista a este historiador.] *In*: *Jornal Açoriano Oriental* de 29 de abril de 2016.

Disponível em: <https://www.acorianooriental.pt/noticia/autonomia-surgiu-nos-aco-res-pela-primeira-vez-ha-121-anos> .

COSTA, Susana Goulart, NASCIMENTO, Wellington. A autonomia no museu: divagação sobre uma proposta museológica». *In*: *Das autonomias à autonomia e à independência*, coord. Avelino de Freitas de Meneses. Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2012. pp. 193-203.

Debate. El Marco Normativo y su Aplicación. *In*: *Administraciones Autonómicas y Museos: hacia un modelo racional de gestión*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, Dirección Xeral de Património Cultural, 1998. pp.63-91.

ENES, Carlos. A construção da unidade e identidade regional». *In*: *A Autonomia no Plano Histórico*. Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1995. pp 289-305.

GARCIA, Susana. Uma casa caprichosamente cara. *In*: *Jornal Tribuna das Ilhas* de 24 de outubro de 2014. Disponível em: <https://tribunadasilhas.pt/uma-casa-caprichosamente-cara/>

GOUVEIA, Paula. Governo cria Museu da Autonomia. *In*: *Jornal Açoriano Oriental* de 28 de Março de 2009. Disponível em:

<https://www.acorianooriental.pt/noticia/governo-cria-museu-da-autonomia-182275> .

GOVERNO DOS AÇORES. ESTRUTURA DE MISSÃO PARA A CASA DA AUTONOMIA. Casa da Autonomia. 2016 [Vídeo oficial de apresentação] : <https://www.youtube.com/watch?v=bGsjV6Bu18>.

JALLA, Daniele. Musées et nation. Le cas italien. *In*: *Lieux de mémoire, musées d'histoire*. Textes réunis par Emmanuel Pénicaut et Gennaro Toscano. Paris: La Documentation Française, 2012)pp.135-142.

LAGARTO, Pedro. Museu da Autonomia lançado por César quase consensual. *In: Jornal Açoriano Oriental* de 31 de Março de 2009.
<https://www.acorianooriental.pt/noticia/museu-da-autonomia-lancado-por-cesar-quase-consensual-182408> .

MADURO-DIAS, Francisco dos Reis. A memória colectiva na comunidade açoriana insular: uma proposta de museu global. *In: II Congresso de Comunidades Açorianas*. Angra do Heroísmo: Comissão Preparatória do II Congresso de Comunidades Açorianas, 1986. pp. 511-516.

MOURA, Mário Fernando de Oliveira. *Rede museológica na (e da) Ribeira Grande e desenvolvimento de uma comunidade nos Açores: uma proposta de Museu de Identidade Regional*. Ribeira Grande: Museu da Ribeira Grande, 2000.

PERROTTI, Edmir. Mediação Cultural: além dos procedimentos. *In: SALCEDO, Diego Andres (org.), Mediação Cultural*. São Carlos: Pedro & João, 2016. pp.6-14.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES. GABINETE DE APOIO À COMUNICAÇÃO SOCIAL. “Foi e é sempre a Autonomia que fez e faz a diferença” no desenvolvimento social e económico dos Açores, afirma Vasco Cordeiro». [Nota de imprensa distribuída aos órgãos de comunicação social dos Açores em 5 de setembro de 2016.]

<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra/noticias/Foi+e+%C3%A9+sempre+a+Autonomia+que+fez+e+faz+a+diferen%C3%A7a+no+desenvolvimento+social+e+econ%C3%B3mico+dos+A%C3%A7ores.htm> .

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES. GABINETE DE APOIO À COMUNICAÇÃO SOCIAL. Vídeo revela as várias dimensões do projeto Casa da Autonomia. [Nota de imprensa distribuída em 25 de maio de 2017 aos órgãos de comunicação social.]

<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/novidades/V%C3%ADdeo+revela+as+v%C3%A1rias+dimens%C3%B5es+do+Projeto+Casa+da+Autonomia.htm> .

Primeira bandeira autónoma dos Açores vai integrar futura Casa da Autonomia. [Notícia sintetizando entrevista dada pela Coordenadora à Agência Lusa, que a difundiu pelos órgãos regionais e nacionais de comunicação social; citamos pela edição eletrónica do jornal nacional *Diário de Notícias*.] *In* jornal eletrónico *DNoticias.pt* de 8 de maio de 2016.

<https://www.dnoticias.pt/hemeroteca/586014-primeira-bandeira-autonomica-dos-azores-vai-integrar-futura-casa-da-autonomi-DHDN586014#>

PSD/Açores questiona designação de ala museológica do Palácio da Conceição. *In* jornal eletrónico *Acores24horas* de 13 de junho de 2014.
<https://www.acores24horas.pt/arquivo/62118>

FONTES ORAIS

Entrevista audio em maio de 2019 à Coordenadora da “Estrutura de Missão da Casa da Autonomia”, Dra. Luísa César.

Entrevista audio em maio de 2019 à Coordenadora Científica de 2014 a 2018 da “Estrutura de Missão da Casa da Autonomia”, Profª Doutora Susana Goulart Costa.

Entrevista audio em junho de 2019 à especialista em museografia e mediação cultural responsável pela musealização e planificação do serviço socio-educativo no Palácio da Conceição no âmbito da “Estrutura de Missão da Casa da Autonomia”, Doutora Sofia Lapa.

ANEXO**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO****Resolução do Conselho do Governo n.º 87/2014 de 9 de Maio de 2014**

Considerando o projeto da Presidência do Governo, tornado oportunamente público, de criação da “Casa da Autonomia”, instituindo-se por esse meio um equipamento cultural vocacionado para o incremento de uma cidadania açoriana mais ativa e informada;

Considerando, ainda, que um tal projeto deve incorporar meios e conteúdos que contribuam com rigor e de forma apelativa para o conhecimento e afirmação da identidade do Povo Açoriano e da sua Região, dando a conhecer aos Açorianos e aos seus visitantes a História dos Açores, a evolução e enquadramentos do processo autonómico no passado como nas suas dinâmicas futuras;

Considerando que a criação da “Casa da Autonomia” resulta de compromissos traçados no Programa do XI Governo Regional dos Açores, no domínio Da Reafirmação e reforço da Autonomia (Objetivos I.1.1 Elaborar um Programa da Cidadania e Autonomia vocacionado para a pedagogia e formação de cidadãos esclarecidos e ativos, com atenção especial aos mais jovens, e visando a preparação do futuro da Autonomia, baseado no conhecimento do passado, na compreensão das diferenças e no reconhecimento dos resultados atingidos.”) e da Cultura (designadamente ao nível do Património com a implementação de políticas de conhecimento, preservação, divulgação e transmissão às gerações futuras);

Considerando que o Palácio da Conceição, imóvel classificado, apresenta as condições naturais, pela sua história, simbolismo e centralidade relativas à cronologia autonómica, para a assunção e denominação de Casa da Autonomia, sem prejuízo da criação de outros polos de temáticas permanentes e/ou temporárias em outras instalações da Presidência, como, por exemplo, no Palácio dos Capitães-Generais;

Considerando que, para tal, há necessidade de se proceder no Palácio da Conceição a obras de requalificação e restauro quer para os efeitos atrás mencionados quer também por motivo da grave contaminação de xilófagos em determinadas zonas do edifício;

Considerando que à “Casa da Autonomia” competirá reunir, conservar, investigar, divulgar e expor, com fins pedagógicos e informativos, o espólio material e imaterial da referida temática, privilegiando o fácil e livre acesso do público em geral, bem como o fomento e a dinamização de exposições temporárias, atividades e eventos;

Considerando que este projeto, a nível científico e museológico, assenta na cooperação com a Direção Regional da Cultura e seus organismos dependentes, e deverá estabelecer parcerias com instituições e associações científicas, culturais e educacionais, regionais, nacionais e estrangeiras;

Considerando que a sua concretização, no que diz respeito ao processo de intervenções de reabilitação e adaptação do edificado, terá que se articular com a Direção Regional das Obras Públicas, Tecnologia e Comunicações a quem deverá competir técnica e financeiramente a execução;

Considerando, finalmente, que a instalação da Casa da Autonomia terá que respeitar e articular-se com elementos patrimoniais relevantes e com a atividade organizacional do Palácio da Conceição, designadamente enquanto espaço de representação e funcionamento de alguns serviços da Presidência e Vice-Presidência do Governo;

Assim, nos termos das alíneas a) e d) do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do artigo 30.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2005/A, de 9 de maio, o Conselho do Governo resolve:

1-Constituir uma estrutura de missão com o objetivo de criação da Casa da Autonomia no Palácio da Conceição, em Ponta Delgada, doravante “Estrutura para a Casa da Autonomia”.

2-A “Estrutura para a Casa da Autonomia” funcionará na dependência da Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura.

3-A “Estrutura para a Casa da Autonomia” tem como objetivos:

a)a definição dos princípios orientadores do projeto “Casa da Autonomia”, nomeadamente no sentido de assegurar e promover a formulação, o acompanhamento e a coordenação das fases e procedimentos museológicos: programa científico, programa museológico, projeto museográfico e de comunicação, aquisição de equipamentos e outros;

b)a definição do programa funcional do edifício do Palácio da Conceição, programa-base da reabilitação do edifício, assim como, assegurar e promover o acompanhamento e a coordenação dos projetos e das obras em curso necessárias;

c)incrementar a coordenação e articulação entre os vários intervenientes envolvidos na execução dos projetos e das obras e zelar pela execução atempada e salvaguarda das orientações emanadas;

d)promover a articulação e colaboração entre as entidades da administração regional e local com competências nas vertentes bibliográfica, arquivística e museológica para com o projeto da “Casa da Autonomia”;

e)estimular a participação da sociedade civil na disponibilização de espólios e de registos orais, bem como no patrocínio e no mecenato de apoio ao projeto;

f)propor a aquisição de documentação, objetos ou obras de arte que complementem o acervo temático da “Casa da Autonomia”, enriquecendo e ilustrando a história dos Açores;

g)propor medidas de conservação preventiva e curativa do acervo que lhe está ou ficará afeto;

h)assegurar as condições museográficas fundamentais para a correta e segura exposição das peças que constituem o acervo, ou outras emprestadas e depositadas;

i)propor a investigação e produção de conteúdos enquadráveis na temática associada à “Casa da Autonomia”;

j)propor a futura estrutura de funcionamento da “Casa da Autonomia”.

4-A estrutura de missão é dirigida por um coordenador, coadjuvado por dois vogais.

5-O coordenador e os vogais são nomeados por despacho conjunto do Presidente do Governo e do Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, preferencialmente, de entre:

a)Trabalhadores

i)com relação jurídica de emprego público;

ii)das empresas públicas regionais, mediante acordo de cedência de interesse público, nos termos da legislação regional em vigor;

iii) que possuam competência técnica, aptidão e formação adequadas ao exercício da missão, mediante acordo de cedência de interesse público ou contrato de trabalho a termo certo, nos termos da legislação regional em vigor;

b) Personalidades que possuam experiência e competência técnica, aptidão e formação adequadas ao exercício da missão.

6-A nomeação pode cessar a qualquer momento, sem obrigação de indemnizar, por despacho conjunto do Presidente do Governo e do Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura.

7-No âmbito da estrutura de missão podem, mediante autorização prévia do Presidente do Governo, ser contratualizados outros trabalhadores para o desempenho de funções específicas, entretanto reveladas necessárias, bem como, para funções de consultoria científica, nas áreas de História e Museologia.

8-O coordenador e os vogais da “Estrutura para a Casa da Autonomia” auferirão pela remuneração a definir por despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo e do Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura.

9-No caso de serem nomeados para coordenador ou vogal da “Estrutura para a Casa da Autonomia” titulares de cargos de direção superior, estes não auferirão qualquer remuneração suplementar.

10-O mandato da “Estrutura para a Casa da Autonomia” termina em 31 de dezembro de 2016.

11-No exercício e para otimização das suas competências, a “Estrutura para a Casa da Autonomia” articula a sua ação, no que entender necessário, com os serviços da Presidência do Governo, especialmente com o Centro de Informação e a Coordenação dos Palácios e com a Direção Regional das Obras Públicas, Tecnologia e Comunicações e com a Direção Regional da Cultura, e serviços dependentes, aos quais incumbe o dever de colaboração constituindo-se como interlocutores os respetivos dirigentes máximos.

12-Os encargos com a “Estrutura para a Casa da Autonomia” são assegurados pela Direção Regional das Obras Públicas, Tecnologia e Comunicações.

13-A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Santa Cruz da Graciosa, em 14 de Abril de 2014. - O Presidente do Governo Regional, *Vasco Ilídio Alves Cordeiro*.